



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO
COMISSÃO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO

ATA DA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA

Ao terceiro dia do mês de março do ano dois mil e quatro, às treze horas e cinquenta minutos, na Sala de Atos do Ministério da Educação, foi aberta a quarta Sessão Ordinária da Comissão Nacional de Alfabetização, com a presença dos seguintes membros e suplentes: Neroaldo Pontes de Azevedo, Justina Iva de Araújo Silva, Normando Batista Santos, Fabiana Costa, Marta Vanelli, Celio da Cunha, Maria Cristina Vargas, Sueli Cristina Marquesi, Jane Paiva, Maria Aída Bezerra Costa, Sérgio Haddad, Luiz Gonzaga, Marina da Silva Kahn e Moacir Gadotti. Foi registrada a ausência justificada da Sra. Maria Aparecida Schumacher. Participaram também da reunião a Professora Jeanete Beauchamp, Diretora do Departamento de Estudos, Avaliação e Acompanhamento, e a Técnica em Assuntos Educacionais Egláisa Micheline Pontes Cunha, Secretária-Executiva da Comissão Nacional de Alfabetização. A sessão foi presidida pelo Secretário Extraordinário de Erradicação do Analfabetismo, Ricardo Henriques, que saudou os integrantes da Comissão e retomou os trabalhos relativos à discussão da estrutura da nova Secretaria.

Em seguida, foi dada a palavra ao Professor Moacir Gadotti que se manifestou favoravelmente à proposta de discussão de uma nova estrutura para o MEC e da abordagem dos três eixos temáticos e a importância de sua interface com as políticas de governo. Enfatizou, contudo, que a educação de jovens e adultos não pode ser incluída em políticas de assistência social, sendo de fundamental importância a sua inclusão como parte do sistema de ensino brasileiro, conforme preceitua o Plano Nacional de Educação que a define como uma modalidade da Educação Básica, reportando-se, para tanto, à grande tragédia de quatorze de abril de mil novecentos e sessenta e quatro, quarenta anos atrás, em que o Presidente da República em exercício extinguiu o Plano Nacional de Alfabetização, criado pelo Educador Paulo Freire. Destacou que as sucessivas tentativas de “resolução” do problema do analfabetismo, sempre ocorreram à margem do sistema de ensino, desconsiderando os municípios, os estados e os seus respectivos sistemas. e que sempre foi reivindicada a criação de uma secretaria de educação de jovens e adultos para tratar o assunto, tendo em vista os trinta e três milhões de alunos a serem atendidos e o aumento na taxa de analfabetismo entre os anos de dois mil e dois mil e dois, apesar de todo o esforço realizado para reverter a situação. Destacou, ainda, que o conceito de educação de jovens e adultos não deve ser confundido com a idéia de suplência, complementaridade ou inclusão, termo este que pode tornar-se

pejorativo em determinadas situações ou estigmatizar sujeitos, e que a nova secretaria deveria centrar-se na educação de jovens e adultos, considerando também os recortes prioritários relativos à questão indígena, do campo, de gênero, de afro-descendente, etc.. Outra questão estaria centrada no estabelecimento de parâmetros mínimos de definição da Educação de Jovens e Adultos e dos seus recursos financeiros e a sua não adequação às metas que vêm sendo estabelecidas, o que poderia ser otimizado pela capacidade mobilizadora que o MEC tem diante da sociedade.

Em seguida, foi dada a palavra à Professora Jane Paiva que se manifestou em concordância com o Professor Moacir Gadotti e acrescentou a questão da visibilidade na política de Educação de Jovens e Adultos e da premissa básica de resgate do direito à Educação fundamental que é concedido a todos os cidadãos brasileiros, independente da idade, pela Constituição Federal.

Destacou os dois elementos citados anteriormente pelo Presidente referentes à alfabetização e à educação continuada dispostos numa agenda civilizatória e propôs que estes temas fossem tratados conforme o que preceitua a Declaração de Hamburgo, que pensou a educação de jovens e adultos na vertente da escolarização e do direito de participar do sistema que coloca os indivíduos no mundo letrado. Além disso, que não se trabalhasse propriamente com uma agenda civilizatória, mas com o processo de educação continuada que abrange todas as possibilidades do “aprender por toda a vida” (Declaração de Hamburgo) e que dizem respeito a todos os homens e não apenas aos homens que não se escolarizaram na época própria.

Ressaltou, também, com relação à nova estrutura proposta para o MEC que o papel da Educação Especial fosse rediscutido e correlacionado ao tema da inclusão por estar diretamente vinculado a este. Destacou, ainda, a sua preocupação quanto à constituição de um para-sistema que trate da Educação de Jovens e Adultos, tendo em vista que esta já está legalmente definida como uma modalidade da educação básica. Manifestou preocupações, ainda, com relação à concepção inicial do Programa Brasil Alfabetizado e a sua característica de centralização que mantinha o MEC como o grande condutor da política em oposição à prática, no qual os municípios desempenham, ou deveriam desempenhar, um efetivo papel de articulação das políticas de alfabetização. Neste sentido, percebe-se a falta de suporte aos municípios que, além do sistema regular, apresentam dificuldades para a implementação das políticas públicas que já inclui os movimentos que estão sob sua jurisdição.

Enfatizou, ainda, outros articuladores importantes para as políticas que se apresentavam como as delegacias do MEC que viabilizavam o diálogo entre os agentes sociais cuja extinção tornou gradativamente inacessível o contato direto com o Ministério. Questionou sobre a política de leitura do Programa Brasil Alfabetizado e os rumos da Comissão do Projeto Leituração e finalizou destacando a necessidade de disponibilização de material de divulgação que atinja o público e dissemine rapidamente as idéias e ações do Programa.

Prosseguindo, foi concedida a palavra à Professora Marina da Silva Kahn que concordou com as considerações feitas anteriormente pelo Professor Moacir Gadotti e à Professora Jane Paiva, manifestando, no entanto, sua preocupação

com a nova organização da Secretaria pautada numa agenda civilizatória, termo este que inspira cuidados pela própria designação, que pode gerar interpretações desastrosas sob o ponto de vista antropológico e sociológico, acrescentando-se também o conceito de inclusão e suas possíveis correlações. Destacou ainda as suas dificuldades em constatar o grau de consistência com que serão tratados os índios, os negros, os camponeses e, generosamente, as mulheres sob o anunciado enfoque transversal da nova secretaria. Enfatizou que estes grupos apresentam suas especificidades, alertando, por exemplo, para a complexidade da educação indígena que tem a língua portuguesa como segunda língua na maior parte dos casos e para a ausência, neste caso, da educação infantil entre outras particularidades. Ressaltou que os movimentos ligados à educação indígena sempre lutaram para a criação de uma secretaria específica para este segmento, mas reconhecem as dificuldades estruturais de viabilização deste projeto, ao tempo em que considerou não recomendável o tratamento de todos os grupos citados em uma única secretaria dando-lhes uma dimensão coletiva.

O Presidente informou, a título de esclarecimento, que no dia anterior foi feita uma reunião com cinco representantes da Comissão Nacional dos Professores Indígenas e que a natureza da restrição colocada pela Professora Marina da Silva Kahn também foi abordada por estes representantes, não existindo, no entanto, possibilidades conjunturais para a criação de uma secretaria específica para a educação indígena, sendo de fundamental importância esclarecer que a intenção política do sistema operacional proposto para a nova secretaria é justamente o oposto do que foi colocado anteriormente pela Professora Marina da Silva Kahn, tendo em vista que haverá um tratamento sistêmico para estes focos que utilizará a sua própria capacidade de criar sinergia e transformar a sua realidade.

Em seguida, foi dada a palavra à Professora Marta Vanelli que ressaltou as dificuldades em várias áreas do MEC no passado, mostrando-se favorável aos novos rumos que se apresentam para o MEC, em especial com relação aos novos eixos temáticos definidos e da necessidade de estruturação de um debate claro com a sociedade. Destacou a importância do combate ao analfabetismo, do financiamento (viabilização do Fundeb) e de uma política de formação de professores para a educação de jovens e adultos que privilegie uma metodologia diferenciada como a modalidade pressupõe.

Em seguida foi dada a palavra ao Senhor Luiz Gonzaga que indagou sobre como reverter o quadro difamatório que se apresenta para o ensino público no país e teceu comentários sobre a importância da reforma universitária e da correlação dos temas abordados pela Comissão Nacional de Alfabetização com a nova configuração do Conselho Nacional de Educação.

Prosseguindo com a palavra, a Professora Justina Iva de Araújo Silva manifestou concordância com os argumentos da Professora Marta Vanelli ao discutir a qualidade do ensino superior e das instituições privadas acrescentando alguns exemplos vividos. Ressaltou a necessidade da educação de jovens e adultos ser considerada como parte do ensino fundamental para os todos efeitos, inclusive de financiamento. Destacou a importância de se criarem

mecanismos para o combate à evasão dos alunos da educação de jovens e adultos, baseado numa política de financiamento e, ainda, da criação de mecanismos de combate à evasão dos alunos no ensino fundamental que estaria diretamente relacionada ao aumento dos indicadores de analfabetismo. Em seguida o Professor Sérgio Haddad pronunciou-se sobre o ponto de vista conceitual da Educação de Jovens e Adultos, ressaltando as inúmeras discussões e trabalhos realizados neste âmbito, resultantes do processo de democratização do país. Destacou que o governo anterior pouco fez sobre a alfabetização de jovens e adultos, com destaque para o tardio programa Alfabetização Solidária, e que o governo atual, na gestão do Ministro Cristovam Buarque ao lançar o Programa Brasil Alfabetizado, não priorizou a questão na temática do direito à educação. Manifestou concordância com a priorização do analfabetismo na gestão atual em conjunto com a reforma universitária e com a viabilização do Fundeb. Ressaltou a importância de se pensar na união entre a educação de jovens e adultos e a alfabetização, o que traz a idéia de um sistema, e indagou sobre o *locus*, ou seja, qual seria o lugar ideal para a viabilização dessa união. Sob o ponto de vista dos direitos, a alocação seria na secretaria de ensino básico, já sob o ponto de vista das prioridades definidas, a educação de jovens e adultos estaria mais visível em uma secretaria própria. Contudo, dois aspectos se fazem fundamentais: a idéia de sistema (articulação com as secretarias estaduais e municipais) e a questão de financiamento (inclusão da Educação de Jovens e Adultos no Fundeb) que se inviabiliza com a saída da Educação de Jovens e Adultos da Secretaria de Ensino Básico. No caso de uma secretaria específica o nome “Secretaria de Educação Continuada” foi sugerido pelo Professor Sérgio Haddad tendo sido contestado por alguns membros da Comissão por ser similar à formação continuada de professores.

Prosseguindo, foi concedida a palavra ao Professor Neroaldo Pontes de Azevedo que reforçou o descaso ocorrido no governo Fernando Henrique Cardoso relativo à Educação de Jovens e Adultos, atribuindo ao veto ao Plano Nacional de Educação o desgaste ocorrido nessa área. Destacou a existência do Programa Recomeço como gerador da dúvida dos gestores em matricular os alunos de Educação de Jovens e Adultos neste Programa ou no ensino regular noturno em detrimento do financiamento concedido. Destacou que a proposta apresentada pelo Secretário é avançada e supera as questões como a do assistencialismo que precisa ser vencido. Contudo, argumentou que os ajustes precisam ser feitos com urgência. Com relação à questão da educação de jovens e adultos, o Professor Neroaldo Pontes de Azevedo considera um equívoco que seja tratada em uma outra secretaria que não a de ensino básico, sob o ponto de vista histórico e da perspectiva do Fundeb.

Em seguida, foi dada a palavra à Professora Maria Aída Bezerra Costa que manifestou concordância com as intervenções anteriores e mostrou-se incomodada com a perspectiva sempre apresentada de enfrentamento da Educação de Jovens e Adultos como uma dívida histórica a ser saldada e não como a recuperação do que se perde enquanto sociedade não alfabetizando os jovens e adultos. Sugeriu que os programas sejam marcados pela positividade e

não pela idéia emergencial de uma dívida que, ao ser paga, nos exime de compromissos futuros. E finalizou afirmando que sua credibilidade, em qualquer programa de alfabetização, passa necessariamente pela ênfase que é dada à formação de educadores.

Prosseguindo, foi dada a palavra ao Senhor Normando Batista dos Santos que reafirmou a idéia da Educação de Jovens e Adultos como direito e não assistencialismo ou política compensatória. Destacou a questão do financiamento e da sua incompatibilidade com as prioridades definidas pelo governo e a importância da questão da formação dos educadores. Solicitou que a idéia de “agenda civilizatória” fosse abolida pelo Presidente, tendo em vista a sua significação extremamente discriminatória, o que foi acatado de imediato pelo Presidente, e finalizou sugerindo que a educação de Afro-brasileiros fosse tratada em articulação com a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial.

Prosseguindo, foi dada a palavra à Professora Sueli Cristina Marquesi que ressaltou a importância dos eixos que estão na agenda do MEC, em especial a reforma universitária e o combate ao analfabetismo. E manifestou discordância em relação a uma intervenção anterior, afirmando que o compromisso com uma educação de qualidade não está restrito à universidade pública e fez um apelo ao Ministério que não rotule e nem generalize as boas universidades como as públicas e más universidades como as privadas, tendo em vista que para isso existe um sistema de avaliação da educação superior, que deve ser considerado. Com relação à nova estrutura do MEC apresentada, manifestou-se favoravelmente à criação de uma secretaria estratégica que trate o tema do analfabetismo, apesar de concordar que o melhor lugar para a Educação de Jovens e Adultos seja na Secretaria de Ensino Básico, o que pode acontecer após um tratamento de sucesso no combate ao analfabetismo pela secretaria proposta. Finalizou afirmando que quanto menos subdivisões existirem na estrutura no Ministério, melhor será, dadas as facilidades na articulação de políticas.

Finalizando o tema da nova estrutura da secretaria, o Presidente levantou dois elementos fundamentais: o foco principal que está em torno da questão da continuidade (alfabetização e educação de jovens e adultos), resgatando a tradição histórica que foi colocada e aumentando a precisão da dimensão de direitos, informando que a meta do Ministro é contribuir radicalmente para saldar a dívida histórica do analfabetismo e da ênfase, neste sentido, para a questão da responsabilidade do gestor público. Destacou que a vocação, a médio/longo prazo desta nova secretaria, é a extinção, no sentido de permitir regularizar sistemas. Para tanto, enfatizou que é preciso fazer um sistema de política pública nesta direção. O fato, ou não, da Educação de Jovens e Adultos ser financiada pelo Fundeb não cria nem um problema se a modalidade está fora da estrutura do ensino básico, porque o Fundeb, enquanto unidade, não está na Secretaria e sim no FNDE, apesar de considerar que seria melhor que tudo estivesse numa só secretaria. Contudo, pelo diagnóstico apresentado, de poucas divergências, a questão se faz na forma em como conceber uma engenharia política com capacidade de operação exitosa. Destacou, ainda, a herança de uma situação imprópria em que no PPA a alocação de recursos para

a Educação de Jovens e Adultos estava em apenas um terço do que deveria ser a manutenção do estágio atual, informando que a reengenharia financeira já foi acertada no Ministério, aumentando um pouco o orçamento, a partir de cinco fontes existentes que incluem a desmontagem do Programa Escola Ideal que havia assumido o orçamento para a Educação de Jovens e Adultos e que não estava na linha atual de prioridades do governo, recuperando o eixo fundamental da Educação de Jovens e Adultos e da idéia de continuidade. Informou que um orçamento um pouco maior que o do ano passado, que tenha uma parte para a alfabetização e para a Educação de Jovens e Adultos, está sendo viabilizado e que além disso existe um pequeno grupo de trabalho pensando na possibilidade do Fundef financiar a Educação de Jovens e Adultos.

Em seguida, a Professora Jeanete Beauchamp apresentou e distribuiu um documento elaborado pela Ação Educativa que analisa historicamente o cenário da alfabetização no Brasil e os dados do analfabetismo no país.

Dando prosseguimento à pauta, passou-se à discussão da minuta de Resolução que estabelece orientações e diretrizes para a assistência financeira suplementar a projetos educacionais no âmbito do Programa Brasil Alfabetizado, para o ano 2004.

O Presidente apresentou o tema fazendo alguns esclarecimentos considerados essenciais. Em primeiro lugar reportou-se ao caráter de transição assumido nos últimos dias em que foi apresentada uma resolução fruto da gestão anterior para discussão, onde foram feitos ajustes, que foram colocados em discussão ao tempo em que foram sendo confirmadas novas prioridades políticas, como a articulação entre a alfabetização e a educação de jovens e adultos, não significando somente a possibilidade de uma mudança de conceito acadêmico em torno dessa mudança, mas a criação de mecanismos de políticas públicas que viabilizassem este processo. Ressaltou as dificuldades e as resistências encontradas dentro do Ministério para a questão da Educação de Jovens e Adultos e a sua relação de continuidade como eixo da nova política de alfabetização. Em segundo lugar, a questão seria como definir um sistema que fosse capaz de internalizar o princípio de uma estratégia e de uma orientação política com parâmetros mínimos definidos para o controle de qualidade do processo, no sentido de que não é o MEC que o executa, mas o que induz a uma estratégia nacional em consonância com estados, municípios e sociedade civil. Dentro destes dois elementos, a restrição orçamentária sobressai-se na nova resolução alimentando dois vetores a serem discutidos: o de como aumentar o incentivo real para a alfabetização (padrões mínimos, monitoramento das ações) e o de como definir mecanismos de flexibilização (entidades que devem participar e prestação de contas/alocação de recursos possíveis). Neste sentido, deveriam ser definidos marcos regulatórios pautados ou na execução ou no abandono da condução dos grandes eixos políticos, o que demanda a elaboração de padrões de contratos mais flexíveis a serem estabelecidos em detrimento de um único, aumentando a capacidade de execução exitosa por parte dos estados, municípios e organizações não-governamentais, de forma a gerar mecanismos diferenciais de incentivos com base num sistema de avaliação.

Prosseguindo, seguiram-se discussões sobre os critérios a serem definidos, em especial sobre a duração, o sistema de avaliação do programa e a educação continuada. Feitas as considerações no tempo previsto para a reunião e diante das alterações recomendadas, o Presidente solicitou que os membros fizessem um estudo das planilhas apresentadas durante a reunião e sugerissem, por e-mail, prioridades a serem contempladas. Além disso, ficou acordado que a minuta da nova resolução seria distribuída, por e-mail, somente na próxima segunda-feira, já incorporando a discussão ocorrida. Outras sugestões de alteração na resolução encaminhada devem ser enviadas no prazo de uma semana, sendo o prazo previsto para a sua publicação fixado para a semana do dia quinze de março de dois mil e quatro.

A próxima reunião da Comissão foi confirmada, conforme o calendário inicial, para o próximo dia vinte e sete de abril do ano dois mil e quatro, sendo que até este período uma agenda de discussões seria sistematizada pelo Professor Sérgio Haddad e pela Professora Jane Paiva englobando os temas centrais a serem discutidos, conforme as demandas do grupo e da secretaria. Foi decidido também que seria criada uma lista de discussão pela internet, com informações regulares sobre as ações da Secretaria para a Comissão.

Cumprido o previsto para a sessão, os trabalhos foram encerrados às dezoito horas e trinta minutos pelo Presidente, Sr. Ricardo Henriques. E para constar eu, Celio da Cunha, Secretário-Geral, lavro a presente ata que vai assinada por mim, pelo Presidente da sessão, e pelos demais membros presentes. Brasília, três de março do ano dois mil e quatro.

Celio da Cunha

Ricardo Henriques

Neroaldo Pontes de Azevedo

Justina Iva de Araújo Silva

Normando Batista Santos

Fabiana Costa

Marta Vanelli

Maria Cristina Vargas

Sueli Cristina Marquesi

Jane Paiva

Maria Aída Bezerra Costa

Sérgio Haddad

Luiz Gonzaga

Moacir Gadotti
